

ÍNDICE GERAL

NOTA INTRODUTÓRIA	5
PREFÁCIO	7
I PARTE — CONCEITOS FUNDAMENTAIS	13
I. A ORDEM JURÍDICA	15
1. O Homem, ser social	15
2. A ordem social	19
3. Elemento fáctico e normativo da ordem social	20
4. As normas sociais	21
5. Aspetos da ordem social	22
6. Ordem jurídica e direito	23
7. Direito objetivo e direito subjetivo	24
8. O estudo do direito	24
II. O DIREITO	27
9. Direito e justiça	27
10. Direito e Estado	29
11. O problema do Direito Natural: jusnaturalismo e positivismo	30
12. A coercibilidade e as sanções	30
12.1. Sanções compulsórias	32
12.2. Sanções reconstitutivas	34
12.3. Sanções compensatórias	34
12.4. Sanções punitivas	35
12.5. Sanções preventivas	36

13. A ineficácia do ato ilícito	37
14. A tutela pública e a tutela privada	38
14.1. A legítima defesa	39
14.2. O estado de necessidade	41
14.3. Ação direta	42
15. Características da ordem jurídica	44
16. Distinção entre Direito e Moral	46
17. Referência à História do Direito	48
17.1 O Direito Romano	48
17.2. O Direito Português	50
18. Os sistemas de Direito	53
18.1. O sistema muçulmano	53
18.2. O sistema ocidental	55
18.3. O subsistema anglo-saxónico	56
18.4. O subsistema romanístico	56
Bibliografia	58
 II PARTE — A NORMA JURÍDICA	 59
19. Conceito de norma jurídica	61
20. Características das normas jurídicas: generalidade e abstração	62
21. Classificação das normas jurídicas	64
22. Fontes do direito: conceito e classificação	66
22.1. Conceito de fonte do direito	66
22.2. A equidade	68
22.3. O costume	70
22.4. Lei em sentido formal e lei em sentido material	72
22.5. Regulamentos	74
22.6. Fontes comunitárias	75
22.7. Publicação, entrada em vigor e cessação da vigência das leis	76
22.8. Fontes internas	80
22.9. Jurisprudência	80
22.10. Doutrina	82
23. Ramos do Direito	82
23.1. Direito Público e Direito Privado	82
23.2. O Direito Internacional Público	84

23.3. O Direito Público	84
23.4. O Direito Privado	85
23.5. Direito do Trabalho	86
23.6. Direito processual	87
24. A Codificação	88
24.1. Aspetos gerais e perspectiva histórica	88
24.2. Causas da codificação, vantagens e inconvenientes	89
25. A hierarquia das fontes de direito	90
26. A Constituição	92
26.1. As constituições portuguesas: nota histórica	92
26.2. Traços gerais da Constituição Portuguesa	95
26.3. O processo legislativo	98
26.4. A inconstitucionalidade e a sua fiscalização	99
27. A determinação das normas: a interpretação	101
27.1. Interpretação e integração das leis	101
27.2. Carácter necessário da interpretação; interpretação autêntica	102
27.3. Regras legais sobre a interpretação	103
27.4. A letra	104
27.5. O pensamento legislativo: objetividade e subjetivismo	104
27.6. Elementos gramatical e lógico	105
27.7. Elemento sistemático	105
27.8. Elemento histórico	106
27.9. Elemento teleológico	106
27.10. A <i>ratio legis</i>	106
27.11. Interpretação ab-rogante	106
27.12. Interpretação declarativa	107
27.13. Interpretação extensiva	107
27.14. Interpretação restritiva	108
27.15. Interpretação enunciativa	108
28. Integração de lacunas	109
29. Sucessão de leis no tempo	113
29.1. Retroatividade	113
29.2. Direitos adquiridos	115
29.3. Caso julgado; fases do processo civil declarativo	116
Bibliografia	120

III PARTE — TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	123
30. Fontes do Direito Civil português	125
31. Sistema do Código Civil Português de 1966: a Parte Geral e as partes especiais	126
32. Princípios fundamentais do Direito Civil português	127
32.1. Introdução	127
32.2. O reconhecimento da pessoa e os direitos de personalidade	127
32.3. A liberdade contratual	128
32.4. Responsabilidade civil	133
32.5. A personalidade coletiva	135
32.6. Propriedade privada	136
32.7. A família	138
32.8. A sucessão por morte	141
33. Teoria geral da relação jurídica	142
33.1. Conceitos fundamentais	142
33.2. Elementos da relação jurídica	143
33.3. O direito subjetivo e o dever jurídico	144
33.4. Os sujeitos da relação jurídica: pessoa singulares e coletivas	145
33.5. Objeto da relação jurídica	154
33.6. Facto jurídico	156
34. O negócio jurídico	159
34.1. Conceito e classificação	159
34.2. Capacidade negocial	161
34.3. Declaração negocial	162
34.4. Divergência entre a vontade e a declaração	164
34.5. Vícios da vontade	168
34.6. Elementos acidentais dos negócios jurídicos	171
34.7. Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos	173
Bibliografia	177
 ANEXO — DISCIPLINA JURÍDICA DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS	 179
DIREITO DAS EMPRESAS	181
Nota introdutória	181
1. Aspetos gerais: as atividades empresariais e o Direito	182

2. Direito Civil	182
3. Direito Comercial	184
4. Direito da Propriedade Industrial	185
5. Direito Administrativo	186
6. Direito Fiscal	187
7. Direito da Segurança Social	189
8. Direito do Trabalho	189
9. Direito da União Europeia	190
10. A Contratação	192
ÍNDICE ANALÍTICO	195
ÍNDICE GERAL	215